



AS REFORMAS POMBALINAS DO SÉCULO XVIII ENTRE OS OBJETIVOS PEDAGÓGICOS E OS EFEITOS POLÍTICOS DO ILUMINISMO E DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

THE POMBAL REFORMS OF THE 18TH CENTURY BETWEEN THE PEDAGOGIC OBJECTIVES AND THE POLITICAL EFFECTS OF THE ENLIGHTENMENT AND THE TEACHING OF PHILOSOPHY IN BRAZIL

Tiago Rosa de Jesus Silva¹

Resumo: As Reformas Pombalinas na educação, iniciadas em 1759, visavam modernizar Portugal. Para isso, o Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus, pois, segundo ele, levava o reino ao “atraso” educacional e científico por se apegar a Aristóteles e Tomás de Aquino, em detrimento da Filosofia e da ciência moderna. As reformas promoveram: a modernização do currículo escolar e universitário, além de uma nova pedagogia de viés iluminista. Seus efeitos no Brasil não aconteceram como esperado, seja pela falta de recursos, seja pela falta de mão de obra. As ideias iluministas portuguesas chegavam pela institucionalidade e o iluminismo Francês por meio da clandestinidade. Ambas se apresentam no debate político brasileiro da segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave: Iluminismo. Reforma. Educação brasileira.

Abstract: The Pombalinas Reforms in education, begun in 1759, aimed to modernize Portugal. For this, the Marquês de Pombal expelled the Companhia de Jesus, because according to him, it led the kingdom to educational and scientific “backwardness” by clinging to Aristotle and Thomas Aquinas, to the detriment of philosophy and modern science. The reforms promoted: the modernization of the school and university curriculum, in addition to a new pedagogy with an Enlightenment bias. Its effects in Brazil did not happen as expected, either due to lack of resources or lack of manpower. The Portuguese Enlightenment ideas arrived through institutionality and the French Enlightenment through clandestineness. Both are present in the Brazilian political debate of the second half of the 18th century.

Keywords: Enlightenment. Reform. Brazilian education.

¹ Mestrando em Educação pelo PPGE-Uninove, licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Professor na rede pública do Estado de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Filosofia da Educação – GRUPEFE (CNPq, UNINOVE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3770-2386>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8387627230344104>.

Email: tiago40000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Severino (1994, p. 30), a Filosofia é um campo do saber e um esforço de conhecimento, reflexão e esclarecimento com o intuito de significar a existência humana. Nesse sentido, a Filosofia pode contribuir para a análise crítica das informações que obtemos do mundo e ressignificar valores éticos na prática política.

Filosofia e educação são duas áreas conectadas, na medida que só se educa filosofando e só se filosofa aprendendo e ensinado. Esta relação pode ser compreendida na “Apologia de Sócrates”, quando o filósofo argumenta que sua Filosofia consiste na interação dialógica com seus pares sem conseguir absorver completamente a sabedoria, mas aprendendo a conceber e compartilhar ideias. O processo dialógico é prática educativa.

O presente artigo é fruto de uma inquietação sobre os efeitos do ensino da Filosofia (das Humanidades) e da divulgação das ideias iluministas no contexto das conjurações brasileiras do século XVIII, enquanto se realizava uma pesquisa mais ampla sobre as diversas implicações históricas da educação brasileira no período colonial.

O Brasil Colonial conheceu pelo menos dois sistemas de ensino: o primeiro foi elaborado pelos jesuítas em 1599, a “Ratio Studiorum” que tinha por objetivo, uma formação humanística e tradicional. Nesse sentido, valorizavam a antiguidade (ciência antiga) em detrimento das novas descobertas (ciência moderna). O monopólio da educação permaneceu nas mãos dos jesuítas até o final da primeira metade do século XVIII.

O outro sistema se origina em 1759, com a promulgação da primeira lei que versava sobre ensino e educação, no contexto de amplas reformas modernizantes na: política, comércio, indústria e na própria educação, empreendida pelo Marquês de Pombal.

Este artigo tem por objetivo apresentar as características e os efeitos das Reformas Pombalinas (promovidas pelo Marquês) a fim de analisar os impactos políticos das ideias iluministas que circularam na colônia por meio da educação e mais especificamente o ensino das Humanidades onde se achava a Filosofia.

Para tal propósito, vamos nos valer de alguns pesquisadores da educação consagrados pelas suas contribuições como: Dermeval Saviani, Luiz Antonio Cunha, Maria Lucia Spedo Hilsdorf entre outros.

Inicialmente, vamos contextualizar historicamente os processos políticos que levam à reforma, na sequência discutiremos sobre os teóricos da pedagogia iluminista portuguesa,

depois exporemos as características das reformas no âmbito educacional e como elas se dão no Brasil e finalmente os impactos do iluminismo no cenário nacional.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Falar das reformas educacionais pombalinas no Brasil, demanda entendermos primeiramente o contexto histórico e político das ações e das ideias que culminaram com o fim da era jesuítica e o início da educação sob as Reformas de Pombal, em Portugal.

No ano de 1750, o rei Dom José I assumiu o trono português. Com o novo rei, Portugal iniciaria também um novo período histórico: o período das reformas. Em 1755, Lisboa foi quase destruída por um forte terremoto. Para reconstruir a cidade, o rei chama Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser o Marquês de Pombal. Ocorre que Sebastião tinha ideias não só para a reconstrução, mas também para uma mudança ideológica que modernizasse o império, elevasse a força e o poder - até então decadente - de Portugal, diante da Inglaterra.

Em 1756, o Marquês de Pombal assume o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, o posto mais alto do governo, tornando-se ministro plenipotenciário. Em junho de 1759, recebe o título de Conde de Oeiras e em 1769 torna-se Marquês de Pombal.

O período que antecede a chegada de Pombal no governo Português - até meados da segunda metade século XVIII -, segundo SAVIANI (2011), é marcado pelo forte contraste entre credulidade e racionalismo; fé e ciência. Isto porque a contrarreforma mantinha Portugal “presa” no medievalismo, enquanto por boa parte da Europa crescia o clamor pela modernização.

Pombal achava ser possível modernizar o país, pois acreditava haver anseio por mudanças, mas ao mesmo tempo, queria manter as tradições. Como veremos a seguir, a forma que ele achou de aplicar suas ideias modernizantes, foi por meio do “despotismo esclarecido”. Cabe observar que a modernização defendida e realizada por ele compreendia: a) desenvolvimento cultural do império; b) livrar Portugal da influência política e econômica da Inglaterra; c) sistema educacional sem a influência dos jesuítas; d) projeto mercantilista: uso racional da riqueza gerada pelo ouro brasileiro, industrialização e dinamismo no comércio.

Pombal foi muito influenciado pelo iluminismo, por ocasião das viagens diplomáticas que fazia pela Europa, em nome do reino português. O “espírito iluminista” permeava a política e a intelectualidade do século XVIII. Outros nomes importantes da intelectualidade portuguesa também foram influenciados pelo iluminismo e elaboraram ideias políticas para que Portugal se modernizasse. A penetração dessas novas ideias iluministas, dava-se especialmente a partir

de portugueses residentes no exterior como Dom Luís da Cunha, Luís Antônio Verney, Alexandre de Gusmão, além do próprio Marquês de Pombal.

Uma das ideias levada adiante foi o “Despotismo esclarecido”. Esta é uma expressão que designa uma forma de governar que, embora partilhasse com o absolutismo da exaltação do Estado e do poder do soberano, era animada pelos ideais de progresso, reforma e filantropia, próprias do Iluminismo.

Em Portugal, o principal entusiasta do despotismo esclarecido foi justamente Marquês de Pombal. Ele criou a “Real Mesa Censória” (por Alvará de 5 Abril de 1768), com o objetivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino, o que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício, do Desembargo do Paço e do Ordinário. Na prática, este alvará tirou praticamente toda a influência da igreja sobre as instituições e o concedeu ao Estado. Incluindo a influência na educação que até então estava nas mãos exclusivamente da Companhia de Jesus.

No plano educacional a principal crítica à educação jesuíta era que esta estava presa ao aristotelismo e ao tomismo (modelo científico da idade antiga e da idade média, respectivamente), além de ser avessa a modernidade como as novas descobertas científicas, ao novo método científico e a própria ciência moderna. Para Pombal e os demais iluministas, a pedagogia jesuíta era incompatível com os ideais iluministas. Nesse sentido, sucessivas leis seriam expedidas para contemplar a nova educação. As três principais: I) *reforma dos estudos menores* - Alvará de 28 junho de 1759; II) *reforma dos estudos maiores* - lei de agosto de 1772; III) *reforma das escolas de primeiras letras* - Lei de 6 de novembro de 1772.

3 INFLUÊNCIA PEDAGÓGICA

Segundo Aranha (2012), alguns teóricos que marcaram os rumos da pedagogia nesse período foram: D. Luís da Cunha (1662-1740), Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís Antonio Verney (1713-1792).

Dom Luis serviu como diplomata do reino e sob a influência do iluminismo. Comparava a estagnação econômica de Portugal com aqueles países em que a economia se desenvolvia rapidamente. Acusava a intolerância da Inquisição que praticava perseguição religiosa, sobretudo aos judeus e hereges, afastando, isolando e desprezando indivíduos produtivos. Além disso, D. Luís considerava os protestantes mais avançados do que os conservadores católicos.

Ribeiro Sanches, embora médico, também influenciado pelo iluminismo, escreveu sobre educação. Sua obra “Cartas Sobre a Educação da Mocidade” (1760) foi uma das referências das Reformas Pombalinas. Sanches também criticou a intolerância religiosa que, para ele, impedia a prosperidade de Portugal, assim como a atuação dos jesuítas, cujo poder considerava deletério. Embora defendesse o ensino público e laico, era adepto das ideias de Bernard Mandeville (1670-1733), filósofo holandês.

Verney era padre e formado em direito. Sua principal obra pedagógica foi: “Verdadeiro Método de Estudar” (1746). Para Stephanou e Bastos (2004), Verney está na centralidade das reformas pombalinas porque ele prezava pela importância da gramática: “a língua de origem, como referência de comunicação verbal, deve constituir o princípio dos estudos da gramática” (2004, p. 166). Verney criticava os castigos corporais, os exercícios de memorização e os exercícios de conversação em latim, praticas típicas da educação medieval² presentes na educação jesuíta.

Verney também abordava “temas relativos ao aprendizado da retórica, de suas regras e a questões de estilo como veículos privilegiados de expressão do discurso” (2004, p. 166). Sua obra servia diretamente como orientação pedagógica dos professores de Humanidades.

Embora iluministas, o que implicava na defesa da igualdade jurídica, Saviani (2011) observa uma certa contradição no posicionamento político educacional de Verney e Sanches. Ambos eram adeptos do pensamento de Mandeville quanto à função da escola.

O filósofo iluminista Mandeville era contra escolas públicas e gratuitas para todos – contradição apontada por Saviani, na medida em que o iluminismo pregava a igualdade jurídica (todos iguais perante a lei), ainda que essa igualdade nem sempre se efetivasse. Ainda segundo SAVIANI (2011),

Mandeville, ao defender a extinção das escolas para os pobres, as “escolas de caridade” inglesas, assim se manifesta: “Quanto mais saiba do mundo e das coisas alheias a seu trabalho ou emprego um pastor, um lavrador ou qualquer outro camponês, mais difícil lhe será suportar as fadigas e penalidades de seu ofício com alegria e satisfação”. (SAVIANI, 2011, p. 102).

² Segundo SAVIANI (2011, p. 52), o “Modus Parisienses”, era um sistema de ensino baseado na escolástica. Sua metodologia compreendia: a) Lectio: assuntos selecionados para estudo; b) Disputatio: Exame para testar o conhecimento; c) Repetitiones: Repetição das lições feita em grupo. A memorização do conteúdo era essencial para a avaliação do professor. Os alunos podiam ser recompensados com prêmios ou castigados, dependendo da situação. Esse sistema surgiu na Universidade de Paris no início do século XVI e se espalhou pela Europa rapidamente.

Para Sanches, a alfabetização era nociva para os pobres, que deveriam se dedicar a trabalhar, pois “cada hora dedicada aos livros é tempo perdido para a sociedade.” (SAVIANI, 2011 p. 102). Para Sanches e Verney, bastaria a instrução dos párocos para os filhos dos pobres. Apesar da contradição, Sanches e Verney colaboraram para as ideias da reformulação pedagógica portuguesa empreendida a partir de 1759 pelo Marquês de Pombal.

4 AS REFORMAS

O alvará de 28 junho de 1759, ficou conhecido como a “reforma dos estudos menores”. Esta foi a primeira das três reformas mais importantes empreendida pelo Marquês de Pombal no âmbito educacional. Embora os “estudos menores” compreendia o ensino primário e secundário, esta reforma aborda mudanças no ensino das Humanidades, ou seja, a etapa secundária. O ensino primário receberia uma reforma específica em 1772. Esta reforma previa: a) Criação do cargo de diretor de estudos; b) Diretrizes para o curso de Humanidades (Gramática Latina, Grego, Hebraico e Retórica); c) Regras de convivência para os alunos e professores; d) Orientação de livros a serem usados nas escolas.

A reforma previa instruções aos professores quanto aos livros e a didática em sala de aula. O ensino de Humanidades não possuía a disciplina de Filosofia, mas lia-se filósofos nas aulas de Gramática, Grego e Retórica.

O cônego Dom Tomás de Almeida (que era secular, se identificava com a filosofia moderna diferente dos regulares que se orientavam pela Filosofia Antiga), Diretor Geral de Estudos do Reino, cargo criado em 1759 e extinto em 1771, sendo o único diretor enquanto o cargo existiu. Era adepto do Iluminismo e “assumiu o cargo com entusiasmo, pois via no êxito do ensino público o meio de restabelecer no futuro a glória de que Portugal já havia desfrutado no passado.” (SAVIANI, 2011, p. 89).

No seu relatório final, ao apresentar os êxitos e fracassos da reforma, considerou como empecilho para o sucesso da reforma: a falta de professores qualificados, falta de livros didáticos, baixos salários dos professores e falta de investimento. Fez também uma importante constatação: a filosofia deveria ser mantida nesta etapa de ensino, entretanto com uma orientação modificada pela incorporação do espírito científico moderno, ou seja, uma filosofia de perfil mais enciclopédico que abarcasse as ideias modernas. A reforma havia abolido o estudo de Filosofia, que antes era obrigatória para os exames de ingresso à universidade.

Observemos que esta medida – abolição da Filosofia – em parte, não colaborou com a melhora na qualidade do ensino, na avaliação do principal dirigente educacional do reino.

A “reforma das escolas de primeiras letras” surgiu com a Lei de 6 de novembro de 1772. Esta reforma abarcou as escolas de ensino primário pois não tinham sido contempladas nas reformas de estudos menores. A reforma criou e reformulou escolas menores em que se formavam os primeiros elementos das Artes e Ciências. Segundo a lei, a escola era destinada a todo o povo com exceção daqueles que fossem empregados em serviços rústicos e fabris pois para esses, bastava a instrução do pároco; o catecismo. A lei também observava que alguns tem conhecimento limitado para apenas ler, escrever e contar e para outros o limite chegava no aprendizado do latim (Saviani, 2011, p. 96). Estes limites estavam amparados na ideia de que algumas pessoas do reino e da colônia não seguiriam o destino dos Estudos Maiores devido a sua classe social e laboral. Vemos assim, a influência do pensamento de Mandeville na formulação da lei.

O currículo escolar compreendia: a) Ler, escrever e contar; b) Latim; c) Grego; d) Retórica; e) Filosofia. A novidade estava na introdução da Filosofia Racional e Moral.

Diferente da primeira reforma, esta contou com uma lei adicional e específica para o financiamento educacional. O “Subsídio literário” foi um imposto criado pelo Alvará de 10 de Novembro de 1772. Este imposto destinava-se exclusivamente a custear a reforma das escolas de primeiras letras.

Não menos importante, foi a segunda reforma, que aconteceu no mesmo ano que a reforma das escolas de primeiras letras. A lei de agosto de 1772 foi à “reforma dos estudos maiores” esta reforma se deu no âmbito da educação superior, na Universidade de Coimbra. Algumas características dessa reforma: a) reformulou e modernizou os cursos e seus respectivos currículos; b) criação da "Junta de Providência Literária"; c) aumento de cursos e incremento de espaços na universidade.

Esta reforma contou com o empenho pessoal do Marques de Pombal. Os objetivos modernizantes que se esperava com a reforma: progresso das investigações empíricas; avanço do método histórico, hermenêutico e crítico.

Segundo Aranha (2012, p. 290), uma vez afastada a Companhia de Jesus da direção da universidade, assumiu a Ordem do Oratório, que era conhecida pela visão mais aberta no que diz respeito às ideias iluministas. Na reformulação do ensino de filosofia e letras, preferiu-se pela língua moderna (e não o latim), pelas matemáticas e ciências da natureza, procedendo-se também uma atualização dos estudos jurídicos.

Houve diversas mudanças na universidade, fruto do trabalho da Junta de Providência Literária, grupo criado pelo governo em fins de 1770 para redigir o novo estatuto da universidade. A junta se inspirou nas obras de Verney e Ribeiro Sanches. Algumas das mudanças foram a: forma de ingresso, idade mínima para realizar os cursos, estabelecer pré-requisitos, estudos históricos nas faculdades de teologia, direito e cânones, método experimental e instalação de laboratórios de física e química para demonstração prática.

De acordo com Saviani (2011),

Antes da reforma, a Universidade de Coimbra era constituída por quatro faculdades: Teologia, Cânones, Direito e Medicina. Os estudos filosóficos realizavam-se no Colégio das Artes e tinham caráter propedêutico aos estudos propriamente universitários. Seu objetivo era, portanto, preparar os estudantes para cursar os estudos superiores, de caráter profissional, ministrados nas quatro faculdades mencionadas. Com a reforma, às quatro faculdades tradicionais foram acrescentadas as de Filosofia e Matemática. (SAVIANI, 2011, p. 90)

Segundo Neto (2007, p. 32) antes da Faculdade de Filosofia, O curso de Filosofia, era ofertado no colégio de Artes de Coimbra e tinha por objetivo ser propedêutico, isto é, preparava os futuros estudantes para os cursos de Medicina, Teologia, Direito e Cânones.

Saviani (2011, p. 92) detalha o ingresso no curso de Filosofia: o candidato precisaria ter concluído o curso completo de estudos menores (Humanidades), incluído o grego, e ter no mínimo 14 anos de idade. O curso tinha a duração de quatro anos e possuía quatro cadeiras, sendo que eram frequentadas, uma por ano, na seguinte ordem: Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física experimental e Química teórica e prática. Nota-se que o curso de Filosofia tinha enfoque na Filosofia da Natureza, não por acaso: as descobertas de Galileu Galilei (1564-1642) e outros cientistas renegados pelos jesuítas, eram algumas das novidades que o iluminismo pregava.

Segundo Cunha (1986, p. 54), no segundo ano, os estudantes deveriam também cursar, Geometria Elementar na Faculdade de matemática. A cadeira de Filosofia Racional e Moral deveria ser frequentada também pelos estudantes de outras faculdades. Os autores lidos no Curso de Filosofia eram os que divulgavam os ideais de uma nova visão de ciência e sociedade.

Outras mudanças na Universidade de Coimbra foram à criação da Aula do Commercio (1759) e do Colégio dos Nobres (1761). Embora criadas antes da reforma de 1772, faziam parte das amplas reformas empreendidas por Pombal. O colégio visava dar uma formação

mercantilista para os filhos da nobreza e as aulas do Commercio visava formar quadros técnicos para os jovens atuarem no comércio.

Com efeito, a reforma dos estudos maiores promoveu: I) o progresso das investigações empíricas nas faculdades de matemática, filosofia e medicina; II) avanço do método histórico, hermenêutico e crítico nas faculdades de teologia e direito.

A reforma dos estudos maiores foi efetivada por meio dos novos “*Estatutos da Universidade de Coimbra*” e teve a intenção de guiar a vida cultural portuguesa pela ideologia iluminista.

Cabe observar que embora houvesse ocorrido a ruptura da coroa portuguesa com a Companhia de Jesus, praticamente limando o poder de influência política e pedagógica da igreja ao passo que aumentava o poder do Estado, o ensino não era totalmente laico. Podemos notar um certo apego a tradição cristã nos cursos oferecidos na universidade de Coimbra e nas disciplinas, diretrizes das escolas de primeiras letras e nos estudos menores – por exemplo: faculdade de direito canônico e teologia na Universidade de Coimbra –, mesmo com o advento das reformas iluministas. Este é um traço histórico da educação portuguesa muito singular em comparação a história de outros países europeus que também foram afetados pelo iluminismo.

Importante observar também que o elemento da filosofia “ecclética” – apontada pela Junta de Providência Literária, no contexto em que o Estado passa a ter seu próprio órgão censório, a criação da Real Mesa Censória – possibilitou, assim, ao “pombalismo despontar como o Iluminismo real e historicamente possível em terras lusitanas.” (SAVIANI, 2011, p. 95).

5 AS REFORMAS POMBALINAS NO BRASIL

No Brasil (de 1759 a 1808), a reforma se desenvolveu pouco e lentamente, devido à falta de recursos e professores qualificados. Embora houvesse uma melhora com o subsídio literário a partir de 1772, o avanço da reforma não se fazia sentir. Havia a questão da prioridade a um ensino mais qualitativo que quantitativo. Segundo SAVIANI (2011, p. 107) “Na visão de Ribeiro Sanches, um dos próceres da reforma, tratava-se de instituir umas poucas escolas bem aparelhadas e voltadas para setores estratégicos, antes que multiplicar o seu número”.

A carência de instituições escolares, material didático, salários baixos e pagamento atrasado para os professores, se somavam as dificuldades da reforma na colônia. Nesse período, houve as “aulas régias” que funcionavam como escolas, na medida em que professores davam aulas

em suas próprias casas. Professor de latim, dava aula de latim em sua casa, o professor de grego, ensina na sua casa, isso acontecia também com o professor de filosofia. As aulas eram avulsas, isoladas e sem articulação entre si (SAVIANI, 2011, p. 108). O aluno não seguia um currículo específico, não tinha direitos e deveres como os alunos da metrópole.

Embora não houvesse muitas escolas, muito menos universidades como em Portugal, alguns seminários e conventos foram influenciados pela reforma e de certa forma pelo iluminismo. Destaque para o: Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, Seminário de Mariana e Seminário de Olinda.

Como observamos anteriormente, o ensino não era totalmente laico. Na colônia, mais do que na metrópole, a maioria dos professores eram religiosos ligados a igreja, muitos inclusive, do clero. Isto não quer dizer que comungavam dos mesmos princípios dos jesuítas ou da Santa Sé no que diz respeito às críticas ao iluminismo. Pelo contrário, alguns foram fortemente influenciados pela doutrina iluminista, a partir das reformas pombalinas. Esses religiosos iluministas conceberam (ou pelo menos apoiavam) ideias independentistas, como veremos adiante.

O Convento de Santo Antônio da Província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, fundado, em 1608, pelos franciscanos. Foi o primeiro colégio conventual no Brasil a elaborar seu próprio estatuto em concordância com os estatutos da Universidade de Coimbra reformada, e com o “espírito” do reformismo do Marquês de Pombal. Tinha curso de Filosofia e Teologia que funcionavam como se fossem faculdades estruturada nos moldes da Universidade de Coimbra. Os cursos destinavam-se primordialmente à formação de sacerdotes, mas também eram frequentados por leigos.

O Seminário de Mariana - o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte – fundado em 1750, tinha o propósito de formar padres locais, brasileiros natos. A princípio, o ensino do seminário obedecia rigorosamente aos preceitos jesuítas ao seguir o aristotelismo e o tomismo nas aulas de filosofia. Com o advento da reforma, os padres diocesanos (também formados pela pedagogia jesuíta) substituem os próprios jesuítas. Eles passam a aderir, ainda que não integralmente, alguns ensinamentos da reforma. Um exemplo é o professor Francisco de Paula Meireles que passa a ensinar a Física Experimental.

Outro professor e entusiasta das ideias iluministas, também formado no período jesuíta foi o cônego Luís Vieira da Silva. Segundo Andrades e Barreto (2015, p. 7), o religioso “parece ter-se afastado da escolástica jesuítica para se ajustar à linha doutrinária que inspirou a reforma da Universidade de Coimbra, e acabou sendo implicado na Inconfidência Mineira”. Assim

como Luís Vieira, outros dois padres formados em Mariana e partícipes da Conjuração Mineira ou Inconfidência foram os padres José Lopes de Oliveira e Manuel Rodrigues da Costa.

Ainda segundo Andrades e Barreto (2015, p. 7), a biblioteca do “clérigo possuía uma coleção de quase 800 livros e 270 títulos representativos de todos os grandes pensadores europeus dos séculos XVII e XVIII”. Segundo os pesquisadores, não foram encontrados nos Autos da Devassa daquele movimento independentista, grandes escolásticos jesuítas. A grande presença de “obras que definiam a posição doutrinária do cônego – e que certamente se refletiam nos seus cursos filosóficos – indicam uma inteira adesão ao espírito e à letra das reformas de Pombal” (2015, p. 7).

O Seminário de Olinda, fundado em 1800 por Azeredo Coutinho já nasceu no espírito do reformismo. Não passou pela etapa da transição do jesuísmo ao reformismo como o convento de Santo Antônio ou o Seminário de Mariana.

Seu fundador - José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742 -1821) - estudou e se graduou na Universidade de Coimbra, e foi influenciado pelo clima intelectual do iluminismo em Portugal. O estatuto do Seminário de Olinda foi elaborado em uma atmosfera favorável às ciências experimentais.

Segundo Saviani (2011, p. 110) “o Seminário de Olinda firmou-se como uma das melhores, senão a melhor escola secundária do Brasil”. O plano de estudos privilegiava o ensino do que havia de mais moderno e recente na Filosofia da Natureza. A intenção de Azeredo era formar o padre enquanto sacerdote e filósofo da natureza. Esta intenção não visava à formação de pesquisadores ou intelectuais, mas ajudar os padres nas suas futuras atividades paroquiais em locais distantes e pouco povoado, nesse sentido, Azeredo acreditava ser importante que o padre tivesse um amplo conhecimento de Geografia, Química, Física, Geometria etc.

O estatuto do Seminário de Olinda guiava-se pelas ideias do despotismo esclarecido e o próprio Azeredo Coutinho defendia o absolutismo e a escravidão. Entretanto, seu seminário formou não só adeptos dessas ideias como revolucionários, a exemplo de Joaquim da Silva Rabelo, o frei Caneca.

Mesmo Azeredo sendo forte defensor da coroa, o seminário formou alguns republicanos, incluindo padres. Saviani (2011, p. 113) observa que “o Seminário tornou-se, sob a liderança dos padres Miguelinho e João Ribeiro, o centro da revolução pernambucana de 1817 que buscava tornar o Brasil uma República independente”.

6 ILUMINISMO E POLÍTICA

Para além dos fatos históricos que modificaram as características desses seminários e convento, Aranha (2012, p 321) observa que “As ideias ‘afrancesadas’ que já circulavam em Portugal por meio das publicações dos intelectuais ‘estrangeirados’ também tiveram sua divulgação no Brasil”. A difusão de livros de teor iluminista, recomendados ou condenados por Pombal, circulou e influenciou boa parte da geração da segunda metade do século XVIII, pelo menos daqueles que tiveram acesso ao ensino.

Para Hilsdorf (2005),

Mesmo sem imprensa na colônia, as ideias circulavam em panfletos e cópias manuscritas, em cadernos de notas, em textos embarcados clandestinamente e vendidos com muita rapidez para os interessados. [...] Roberto Ventura confirma que a circulação das ideias ‘afrancesadas’ ultrapassava o âmbito das elites esclarecidas, pois foram encontrados cadernos com cópias manuscritas de autores franceses proibidos, como Rousseau, entre os participantes da Inconfidência Baiana de 1798, a chamada ‘Conjuração dos Alfaiates’, que teve grande embasamento e participação das camadas populares. (HILSDORF, 2005, p. 31).

Ainda segundo Aranha (2012, p. 321), “A expansão das ideias iluministas também se exerceu pelas lojas maçônicas e pelas academias literárias, inúmeras delas espalhadas na colônia”. Ou seja, apesar das dificuldades e censura do Estado, as ideias continuavam a circular pela colônia.

Com efeito, o ensino de Humanidades – mais precisamente, a Filosofia – contribuiu em duas direções: na divulgação das ideias iluministas portuguesas, por meio do despotismo esclarecido e contraditoriamente, na formação crítica dos adeptos das ideias independentistas.

Finalmente, alguns desses intelectuais foram leitores e estudiosos dos filósofos de seu tempo, conhecedores do que havia de mais atual, tornaram-se, segundo ARANHA (2012, p. 321), “professores das aulas régias, sobretudo de disciplinas como ciência moderna, filosofia, matemática, retórica.” O que demonstra que independentemente do sucesso ou fracasso de suas empreitadas enquanto revolucionários, encontraram na educação, a possibilidade de divulgar os conhecimentos que adquiriram.

7 CONCLUSÃO

Inicialmente, ponderamos que nosso objetivo era apresentar as características e os efeitos das Reformas Pombalinas para analisar os impactos políticos das ideias iluministas que circularam na colônia por meio da educação, mais especificamente o ensino das humanidades.

O iluminismo se fez presente no Brasil, em parte pelas elites esclarecidas e em parte pelos professores e intelectuais influenciados pelas reformas pombalinas. Se o objetivo do iluminismo de Pombal, Verney, Sanches e outros era fortalecer a coroa, pelo despotismo esclarecido, a pedagogia e os ideais iluministas tiveram efeitos variados naqueles que foram influenciados.

Não se pode esquecer que o iluminismo, o “século das luzes”, surge no contexto de clamor pela modernidade em oposição ao aristotelismo e o tomismo, nas ciências e na Filosofia, ainda que ambas estivessem intrinsecamente ligadas pela Filosofia da Natureza. O iluminismo desponta quase concomitante com o liberalismo. As ideias de liberdade civil, laicidade do Estado e governo constitucional, vão transitar entre o liberalismo e o iluminismo. Não à toa, Rousseau, Voltaire, Kant, Diderot, Hume e outros, se dedicaram exaustivamente a escrever sobre a natureza humana, sociedade, Estado e liberdade.

A liberdade civil e a liberdade de pesquisa científica estavam na ordem do dia. A superação do obscurantismo, do absolutismo e do mundo grego antigo, se fazia cada vez mais latente e se materializava nos livros e nas revoluções liberais europeias do começo da modernidade. O Brasil não ficou de fora dessa agitação.

O mesmo iluminismo que promovia a modernidade de caráter laico e republicano na França, também produziu, com outras características, a modernidade do despotismo esclarecido em Portugal. Em ambas as situações, tal como em outros países, a Filosofia foi o instrumento de construção teórica da sociedade que se pretendia construir a partir de então.

Diante desse cenário, as Reformas Pombalinas colocaram a Filosofia marginalmente no currículo dos estudos menores (Humanidades) com a mesma característica que os jesuítas: propedêutica. Ainda que o conteúdo não fosse o mesmo. A Filosofia ganha protagonismo universitário e conseqüentemente, o currículo também foi atualizado para o pensamento iluminista. Ocorre que o espírito crítico da Filosofia: o ato de filosofar, não se prende ao currículo. A divulgação das ideias transita e convence a uns e outros. Em um contexto de repressão e autoritarismo do Estado monárquico e diante das conquistas da Revolução Francesa

(1789) e da Independência Americana (1776), ambas influenciadas pelas ideias iluministas, fez sentido para os revolucionários brasileiros adotarem essa Filosofia.

A pedagogia iluminista portuguesa elaborada por Verney, Ribeiro Sanches e Cunha, por um lado atendia aos propósitos da coroa, na medida em que fortalecia as intenções de Pombal, por outro lado, não satisfazia os intelectuais da colônia, pelo menos não todos. A biblioteca de Luis Vieira da Cunha denuncia a influência de outros iluministas na sua formação.

As revoluções (inconfidências ou conjurações): mineira, pernambucana e baiana tiveram a participação de intelectuais claramente influenciados pelo iluminismo Francês. Isso nos leva a concluir que a Filosofia, enquanto instrumento pedagógico de formação humana foi fundamental para a formação política desses intelectuais. Mesmo com as dificuldades na colônia – ausência de universidades, falta de professores, livros e recursos –, o iluminismo forjou, no século XVIII, revolucionários com formação crítica.

Na filosofia, como lembra Severino, está o recurso: reflexão crítica da existência e por extensão, política. Podemos concluir que esse recurso utilizado em momentos diferentes da história da humanidade, foi relevante para a formação política daqueles intelectuais que agiram sobre as opressões do Estado português aos colonos a partir de 1750.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria L. A. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2012.
- ANDRADES, José Carlos Corrêa de. BARRETO, M. R. N. **A reforma dos ensinos superiores de Coimbra e seus reflexos nos principais colégios-seminários do Brasil-Colônia**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), Florianópolis. ANAIS ELETRÔNICOS DO XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- NETO, Armindo Quillici. O ensino da filosofia no período da reforma pombalina e suas conseqüências na formação cultural do homem brasileiro: breve reflexão. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.29 –37, set. 2007

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, Antônio J. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.) **“Iluminismo e Educação em Portugal: O legado do século XVIII ao XIX”**. In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil, v. I: Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Vozes, 2004.

Recebido em: 29 abr. 2022

Aprovado em: 02 jun. 2022